

Relatório de Execução Orçamental 2º Trimestre de 2026

O presente relatório reporta-se à atividade desenvolvida pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), até final do 2º trimestre de 2026, e visa monitorizar o Plano de Atividades e Orçamento de 2026-2028 (PAO), aprovado através de Despacho conjunto do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, de 10 de fevereiro e do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, de 11 de fevereiro, dando cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º 1 do Artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Setor Público Empresarial).

Salientamos que os valores apresentados nos quadros abaixo, relativos ao PAO 2026-2028, são valores anuais e que a comparação dos valores do 2º trimestre face a este evidencia a percentagem do total executado até à data face ao valor anual previsto no PAO de 2026-2028.

Relativamente aos valores das demonstrações financeiras apresentadas, em anexo, o período comparativo evidencia saldos em 31 de dezembro de 2025.

1 – Análise à Execução orçamental de Receita

	2º Trimestre 2026	2º Trimestre 2025	Anual PAO 2026-2028	Δ 2º Trimestre 2026/2025	% 2º Trimestre 2026/PAO 2026- 2028(anual)
	(1)	(2)	(3)	(4)=[(1)-(2)]/(1)	(5)=(1)/(3)
Receita própria cobrada	23 750 556 €	37 394 202 €	30 571 000 €	-36,5%	77,7%
Rendimentos de propriedade - juros	9 023 €	4 017 €			
Comissão Gestão	17 500 000 €	31 404 900 €	30 571 000 €	-44,3%	57,2%
Vendas de bens e serviços correntes	17 000 000 €	30 904 900 €			
Vendas de bens e serviços correntes - Projeto TI	500 000 €	500 000 €			
Outras receitas próprias	6 241 533 €	5 989 302 €		4,2%	-
Transferências Correntes	20 000 000 €	21 250 000 €	40 000 000 €	-5,9%	50,0%
Ativos financeiros	50 752 923 €	38 456 895 €		32,0%	-
Saldo orçamental	7 222 409 €	13 420 810 €			
Total	101 725 887 €	110 525 923 €	70 571 000 €	-8,0%	144,1%

A receita cobrada até ao 2º trimestre de 2026 ascende a 101.725.887 euros. Relativamente ao período homólogo evidencia uma variação negativa de 8%. A comissão de gestão cobrada nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto, representa 17,2% da receita total cobrada e representa 57,2% do valor total anual inscrito no PAO. Relativamente ao período homólogo de 2025, o total da comissão de gestão cobrada em 2026 representa um decréscimo de 44,3%. Esse decréscimo é resultado de, no período homólogo de 2025 já termos cobrado a totalidade da comissão de gestão, em virtude de em 2025 haver

necessidade de efetuarmos um reforço do orçamento¹, e antecipadamente ser obrigatório cobrar toda a receita inicialmente orçamentada.

As transferências correntes constituem receita proveniente do orçamento de Estado, inscrita no Capítulo 60 da Entidade Tesouro e Finanças, que mensalmente transfere para o IGCP, E.P.E. um duodécimo, para pagamento dos encargos com os DUC e com as entidades colaboradoras na cobrança para a prestação de serviços de apoio à rede de cobranças do Estado – caixas do Tesouro. A sua cobrança representa uma variação negativa relativamente a igual período de 2025, de 5,9%. Essa diminuição é resultado do valor orçamentado ter sido inferior em 2,5 milhões de euros ao montante de 2025². Comparativamente ao valor inscrito no PAO, foi já cobrado 50% do total previsto.

Os valores cobrados em Ativos financeiros, correspondem ao saldo transitado da gerência de 2024 e aplicado em CEDIC em 29 de dezembro de 2025, amortizado em 2 de janeiro de 2026. O montante é superior em 32% ao valor amortizado em CEDIC em 2025 em virtude do valor de 2026 corresponder ao saldo de gerência de 2024 englobado de parte do saldo de fluxos financeiros gerados em 2024.

2- Análise à Execução Orçamental de Despesa

O total da despesa até 30 de junho evidencia uma variação positiva relativamente ao período homólogo de 2025, de 12%.

	2º Trimestre 2026	2º Trimestre 2025	Anual PAO 2026-2028	Δ 2º Trimestre 2026/2025	% 2º Trimestre 2026 / PAO 2026- 2028(anual)
	(1)	(2)	(3)	(4)=[(1)-(2)]/(1)	(5)=(1)/(3)
Agrupamento 01 - Despesas com pessoal	2 826 689 €	2 612 124 €	6 803 720 €	8,2%	41,5%
Agrupamento 02 - Aquisição bens e serviços	20 241 460 €	17 895 894 €	44 710 667 €	13,1%	45,3%
Receitas Gerais	19 481 356 €	17 194 851 €	40 000 000 €	13,3%	48,7%
Receitas Próprias	760 104 €	701 043 €	4 710 667 €	8,4%	16,1%
orçamento atividade	730 979 €	698 777 €			
orçamento projeto - TDX	29 125 €	2 266 €			
Agrupamento 06 - Outras despesas correntes	4 200 467 €	3 775 197 €	6 263 020 €	11,3%	67,1%
Agrupamento 07 - Aquisição de bens de capital	57 975 €	110 992 €	10 575 124 €	-47,8%	0,5%
Total	27 326 592 €	24 394 206 €	68 352 531 €	12,0%	40,0%

As Despesas com pessoal, evidenciam um acréscimo de 8,2% relativamente ao período homólogo de 2025. Relativamente ao valor de despesas com pessoal inscrito no PAO, foi executado 41,5% do valor anual previsto. O acréscimo das despesas com pessoal é consequência do aumento do número de trabalhadores. A 30 de junho de 2026 o total de trabalhadores ascendia a 98 (+ 7 trabalhadores do que em 30 de junho de 2025), embora o número de estagiários tenha diminuído bem como a despesa paga com o

¹ Abertura de crédito especial autorizada pela informação n.º 2025/0387, de 3 de junho, no montante de 5 milhões de euros

² 2025 – 42,5 milhões de euros e 2026 – 40 milhões de euros

programa de estágios do IGCP, relativamente ao período homólogo de 2025. Até 30 de junho evidenciamos a saída de um único trabalhador por cedência ocasional³.

Nº de trabalhadores				
	2024	2025	2026	2026-2025
1 de janeiro	92	87	97	10
janeiro	92	88	97	9
fevereiro	91	85	97	12
março	90	86	98	12
abril	89	87	99	12
maio	89	91	98	7
junho	89	91	98	7

Despesa com Programa de estágios				
	2024	2025	2026	2026-2025
janeiro	2 178	12 260	4 257 -	8 003
fevereiro	2 970	12 548	5 495 -	7 054
março	6 664	11 472	6 278 -	5 193
abril	7 103	8 007	6 089 -	1 918
maio	7 103	4 216	5 693	1 477
junho	5 615	5 445	6 550	1 105
Total	31 633	53 947	34 361	-19 586

A despesa paga por Receitas gerais apresenta uma variação superior à do período homólogo de 2025, de 13,3%.

Relativamente à classificação Outras Despesas Correntes, o valor pago foi superior em 11,3% relativamente ao mesmo período do ano anterior, resultado de se ter liquidado o IRC relativo a 2025 em junho, no montante de 2,7 milhões de euros, contrariamente a 2025 que o pagamento desse imposto relativo a 2024 só ocorreu no dia 1 de julho.

Relativamente à aquisição de Bens de capital, apresenta uma variação negativa relativamente ao ano anterior, de 47,8%. Essa variação em termos quantitativos não é muito significativa, em virtude do valor da despesa em 30 de junho de 2026 ascender a 57.975 euros contra 110.992 euros.

3 - Análise ao Balanço

Até 30 de junho, os Ativos fixos tangíveis apresentam uma variação negativa de 20,8%, relativamente ao período homólogo de 2025, bem como os Ativos intangíveis, 28,5%. A diminuição dos Ativos fixos tangíveis e intangíveis resulta do baixo investimento efetuado no 1º e no 2º trimestre (total 57.975 euros) enquanto o valor das depreciações e amortizações até 30 de junho ascenderam a 251.710 euros.

³ Trabalhador nomeado para Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau para a Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA)

	2º Trimestre 2026 (1)	2º Trimestre 2025 (2)	Anual PAO 2026-2028 (3)	Δ 2º Trimestre 2026/2025 (4)=[(1)-(2)]/(1)	% 2º Trimestre 2026 / PAO 2026- 2028(anual) (5)=(1)/(3)
Ativo					
Ativos fixos tangíveis	247 767 €	312 651 €	885 517 €	-20,8%	28,0%
Ativos intangíveis	957 898 €	1 339 337 €	10 496 301 €	-28,5%	9,1%
Cientes, contribuintes e utentes	116 €	2 974 €			
Caixa e depósitos	74 399 542 €	86 131 717 €	63 309 181 €	-13,6%	117,5%
Outras contas de ativo	1 413 367 €	1 379 884 €	1 163 936 €		
Total ativo	77 018 689 €	89 166 562 €	75 854 935 €		
Passivo e Situação Líquida					
Resultados transitados	54 274 808 €	46 137 588 €	54 023 569 €	17,6%	100,5%
Resultados líquidos	18 297 703 €	33 831 706 €	8 473 650 €	-45,9%	215,9%
Outras contas de sit. líquida	133 216 €	133 216 €	133 216 €	0,0%	100,0%
Fornecedores					
Estado e outros entes públicos	200 769 €	3 653 003 €	1 987 646 €	-94,5%	10,1%
Outras contas de passivo	4 112 192 €	5 411 049 €	11 236 854 €	-24,0%	36,6%
Total passivo e situação líquida	77 018 689 €	89 166 562 €	75 854 935 €	-13,6%	101,5%

A rubrica de Caixa e depósitos apresenta uma variação negativa de 13,6%. Os Resultados transitados apresentam uma variação positiva de 17,6% relativo ao período homologado de 2025, face à incorporação dos Resultados líquidos de 2025 em Resultados transitados. Os Resultados líquidos apresentam variação negativa de 45,9% em virtude da receita cobrada refletir uma variação negativa de 8% e a despesa uma variação positiva de 12%, relativamente a igual período de 2025.

Relativamente a Estado e outros entes públicos apresenta uma variação negativa de 94,5%. Essa variação é resultado do pagamento do IRC ter ocorrido em junho, contrariamente ao ano anterior cujo pagamento desse imposto embora apurado em junho, só ocorreu no dia 1 de julho.

Outras contas de passivo e situação líquida incluem a rubrica Outras contas a pagar, conta de acréscimo onde se reconhecem os gastos do exercício cuja despesa só ocorre no exercício seguinte.

Em comparação com as estimativas do balanço no PAO, a percentagem de Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis, já executados até 30 de junho de 2026, correspondem a 28% e 9,1%, respetivamente, isto porque no PAO estimámos que o 1º semestre do ano, seria aquele que os investimentos a efetuar seriam mais baixos, situação essa que acontece tradicionalmente.

A rubrica Caixa e depósitos e Resultados líquidos estimados no PAO refletem a restituição prevista de receita própria cobrada e não utilizada (nomeadamente a Comissão de Gestão) ao orçamento dos Encargos da Dívida, restituição essa não considerada nos Resultados líquidos dos trimestres, tanto de 2026 como de 2025.

4 - Análise à Demonstração de Resultados

	2º Trimestre 2026	2º Trimestre 2025	Anual PAO 2026-2028	Δ 2º Trimestre 2026/2025	% 2º Trimestre 2026/PAO 2026- 2028 (anual)
	(1)	(2)	(3)	(4)=[(1)-(2)]/(1)	(5)=(1)/(3)
Prestações de serviços e concessões	23 042 016 €	36 508 635 €	26 271 000 €	-36,9%	87,7%
Transferências e subsídios correntes obtidos	20 000 000 €	21 250 000 €	40 000 000 €	-5,9%	50,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	21 632 989 €	20 938 605 €	48 086 003 €	3,3%	45,0%
Despesas com Pessoal	2 859 736 €	2 645 340 €	6 893 387 €	8,1%	41,5%
Outros gastos	9 052 €	70 824 €		-87,2%	
Outros rendimentos	152 €				
Depreciações e amortizações	251 710 €	275 333 €	830 315 €	-8,6%	30,3%
Resultados Líquidos	18 297 703 €	33 831 706 €	8 473 650 €	-45,9%	215,9%

Até 30 de junho, a rubrica Prestações de serviços e concessões apresentam uma variação negativa de 36,9%, relativamente ao período homólogo de 2025. A variação negativa nessa rubrica acompanha o decréscimo de receita própria cobrada e encontra-se justificada no ponto 1 do presente relatório, relativamente ao decréscimo da cobrança da Comissão de Gestão.

As Transferências e subsídios correntes obtidos apresentam uma variação negativa de 5,9%, resultante do valor orçamentado para pagamento dos encargos com os DUC e com as entidades colaboradoras na cobrança para a prestação de serviços de apoio à rede de cobranças do Estado – caixas do Tesouro, ser inferior ao valor orçamentado em 2025 (-2,5 milhões de euros, em termos quantitativos).

Quanto a Fornecimentos e serviços externos verifica-se um acréscimo relativamente ao período homólogo do ano anterior, 3,3%.

Relativamente à rubrica Despesas com Pessoal existe uma variação positiva, de 8,1%, relativamente ao período homólogo de 2025. Esta variação é essencialmente, resultante do acréscimo do número de trabalhadores que se tem verificado no IGCP.

As Depreciações e amortizações, relativamente ao ano anterior evidenciam uma diminuição de 8,6% resultado dos escassos investimentos efetuados no decorrer do 1º semestre de 2026.

A variação negativa dos Resultados líquidos, 45,9%, é justificada essencialmente pela diminuição da receita cobrada nomeadamente a receita própria relativa à Comissão de Gestão, proveniente do orçamento dos Encargos da Dívida e do aumento da despesa paga.

IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E.

**RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO RELATIVO AO CONTROLO DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO EXERCÍCIO DE 2026**

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE JANEIRO E JUNHO

LISBOA

AV.ª DUQUE D'ÁVILA, 185, 5.º
1050-082 LISBOA
PORTUGAL

PORTO

AV.ª DA BOAVISTA, 1167, 4.º, SALA 4.4
4100-130 PORTO
PORTUGAL

T. (+351) 217 520 250

F. (+351) 211 605 254

E. RCA.GERAL@RCA.AC

Relatório do Fiscal Único **Relativo ao Controlo da Execução Orçamental do período compreendido** **entre janeiro e junho de 2026**

Introdução

1. Nos termos do número 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto (Estatutos do IGCP), apresentamos o Relatório relativo ao controlo da execução orçamental, o qual integra a receita e a despesa acumulada referente ao período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2026 no âmbito dos deveres de informação decorrentes do Sistema de Informação da Organização do Estado. O referido Relatório foi elaborado com base no Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2026 – 2028, no Relatório de Execução Orçamental do 2.º trimestre de 2026, nos elementos contabilísticos e nos mapas de execução emitidos pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), cujo resumo se apresenta em anexo.

Fomos nomeados Fiscal Único do IGCP pelo Despacho n.º 337/2022-SET10318/2021, de 23 de outubro de 2022, para o mandato de 2022-2024, renovável por iguais períodos. Dado não ter sido publicado Despacho de recondução no cargo ou de nomeação de novo Fiscal Único, mantivemo-nos em funções.

Procedimentos adotados

2. A análise efetuada envolveu, entre outros, os seguintes procedimentos:
- Verificação da introdução do orçamento conforme as disposições constantes da Lei do Orçamento do Estado;
 - Análise das alterações orçamentais aprovadas no decorrer do período de janeiro a junho de 2026 e confirmação da sua correta integração na contabilidade orçamental;
 - Análise das reconciliações bancárias;
 - Verificação do cumprimento do prazo médio de pagamentos em conformidade com o Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março;
 - Verificação do cumprimento das regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de setembro).

Controlo da execução orçamental

3. Orçamento inicial e alterações aprovadas

i) O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o triénio 2026 - 2028 foi objeto de análise pela Equipa de Avaliação e Supervisão do Setor Público Empresarial (EAS SPE), que absorveu as funções da anterior Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), tendo o respetivo relatório de análise n.º 10/2026, de 4 de janeiro, sido aprovado pelo Despacho n.º 114/2026-SETF, de 5 de fevereiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (SETF). O referido PAO 2026-2028 foi aprovado por Despacho Conjunto do Senhor Secretário do Estado Adjunto e do Orçamento (SEAO) de 10 de fevereiro de

2026, e do Senhor SETF de 11 de fevereiro de 2026, que concederam as respetivas autorizações necessárias, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39º do Decreto-Lei n.º 133/2013, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial.

O Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2026 do IGCP foi aprovado com a imposição das seguintes condicionantes:

- aumento dos gastos com pessoal face ao valor estimado para 2025, limitado ao valor proposto deduzido do respeitante às contratações não autorizadas, não podendo o montante previsto para novas contratações ser afeto a outro tipo de gastos;
- aumento dos gastos operacionais face ao valor estimado para 2025, limitado ao valor proposto deduzido do referido no número anterior;
- contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria até ao montante de 4,6 mil euros em 2026;
- renovação dos contratos de AOV relativos a 2 viaturas em 2026;
- contratação de 3 trabalhadores em 2026, sendo 2 a termo, limitando-se a 102 o número total de trabalhadores em 2026, aos quais acrescem os 3 membros do Conselho de Administração.

ii) O orçamento do IGCP aprovado no âmbito da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, evidencia um total de receita de 70.571.000 EUR, em que 40.000.000 EUR são Transferências Correntes provenientes do Orçamento do Estado inscrita no Capítulo 60 da ETF - Entidade do Tesouro e Finanças e 30.571.000 EUR são receitas próprias, das quais 8.655.814 EUR respeitam a projetos, enquanto a despesa orçamentada totaliza 68.352.531 EUR, sendo 40.000.000 EUR a pagar com recurso às transferências correntes do Orçamento do Estado e o restante através de receitas próprias, incluindo 8.655.814 EUR com projetos.

No decurso do período de janeiro a março de 2026 foram registadas, na parte referente à receita (receitas próprias), as seguintes alterações orçamentais:

- i) Inscrição na classificação de receita 050301 01.78 – Rendimentos de propriedade – Juros - Estado, no valor de 9.023 EUR, referente aos juros ilíquidos da aplicação em CEDIC;
- ii) Inscrição na classificação de receita 080199 99.78 – Outras receitas correntes, pelo montante de 5.000.000 EUR, que se previam cobrar na atividade bancária do IGCP;
- iii) Inscrição na classificação 110203 01.78 – Ativos financeiros – Títulos a curto prazo – Estado, pelo valor do reembolso da aplicação efetuada em 2025 na subscrição de CEDIC, no montante de 50.752.924 EUR, nos termos do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (DLEO 2025);

No período compreendido entre abril e junho de 2026 foi registado, também na parte referente à receita, o reforço da quantia afeta à classificação orçamental 080199 99.78 – Outras receitas correntes, no montante de 5.000.000 EUR.

No 2º trimestre de 2026 foi também registada a transição do saldo de Gerência de 2025, no valor de 6.097.627 EUR no orçamento de atividades e 1.124.781 EUR no orçamento de projetos.

Ainda no trimestre em análise foi autorizada a contratação de mais um trabalhador, através do Despacho nº 376/2026-SEFT, de 29 de abril. Assim, o número de trabalhadores autorizados passou a 101, acrescido de dois a termo e dos 3 membros do Conselho de Administração.

Resultado das alterações descritas, o orçamento corrigido das receitas fixou-se em 138.555.355 EUR.

iii) Quanto ao orçamento da despesa, este não apresenta alterações no valor total, nas fontes de financiamento e no total por agrupamento, ocorrendo apenas transferências de verbas no âmbito da gestão flexível.

De notar a existência de Cativos no total de 2.126.440 EUR.

4. Análise da execução orçamental da receita

i) A receita cobrada constante do mapa da execução orçamental do período em análise ascendeu a 101.725.887 EUR a que corresponde um grau de execução orçamental de 73,4%, na sua totalidade proveniente de receitas de atividades e outras receitas.

ii) As receitas de funcionamento englobam: i) receitas gerais resultantes de transferências do Orçamento do Estado, Capítulo 60 Despesas excecionais da ETF, do qual já foram recebidos 20.000.000 EUR (50% do orçamento); ii) receita própria proveniente da comissão de gestão da dívida pública, requisitada mensalmente ao Orçamento dos Encargos da Dívida, do qual já foram recebidas transferências no valor total de 17.500.000 EUR, dos quais 17.000.000 EUR (77,6% do orçamento) referentes ao orçamento de atividades e 500.000 EUR a projetos (5,8% do orçamento); iii) receita própria proveniente da prestação de serviços bancários no valor total de 6.241.533 EUR (62,4% do orçamento).

iii) As outras receitas têm origem em receitas próprias e respeitam ao reembolso do montante investido em 2025 em CEDIC, no total de 50.752.923 EUR.

iv) Face ao período homólogo, o total das receitas executadas reduziu 8.800.037 EUR, uma variação negativa de 8,0%, a qual é justificada pela conjugação das situações referidas nos pontos seguintes.

v) As Transferências correntes apresentam uma variação negativa de 5,9%, equivalente à variação do respetivo orçamento de 2026 face a 2025.

vi) A variação negativa em 13.904.900 EUR (-45,0%) nas Vendas de bens e serviços correntes, decorre do facto de em 2025 ter sido reconhecido o valor total da comissão de gestão da Dívida Pública por força do pedido efetuado de reforço do orçamento obrigar à cobrança total da receita orçamentada.

vii) As Outras receitas correntes provenientes da atividade bancária do IGCP, apresentam um crescimento de 4,2% face a igual período de 2025.

viii) A variação positiva nos Ativos financeiros (32,0%) decorre do valor aplicado em CEDIC em dezembro de 2025 e resgatado em janeiro de 2026 englobar, para além do valor aplicado em 2024, o saldo da gerência de 2024.

5. Análise da execução orçamental da despesa

i) A despesa executada constante do mapa da execução orçamental do período em análise ascendeu a 27.326.591 EUR, representando um grau de execução orçamental de 40,0%, correspondendo na sua quase globalidade a despesas das atividades (27.297.466 EUR) e o restante a despesas com projetos.

ii) As despesas com atividades incluem despesas pagas com receitas gerais, nomeadamente, através das transferências correntes do Orçamento do Estado, associadas à rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços, no montante de 19.481.356 EUR (48,7% do orçamento de 40.000.000 EUR).

iii) As despesas com atividades englobam ainda pagamentos efetuados através de receitas próprias, associados às rubricas i) 01 – Despesas com o pessoal na quantia de 2.826.689 EUR (41,5% do orçamento); ii) 02 – Aquisição de bens e serviços correntes no valor de 730.979 EUR

(16,7% do orçamento); iii) 06 – Outras despesas correntes no valor de 4.200.467 EUR (54,7% do orçamento); iv) 07 – Aquisição de bens de capital no valor de 57.975 EUR (6,9% do orçamento).

iv) As despesas com projetos (29.125 EUR) correspondem a 8,6% do montante orçamentado na rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços correntes.

v) Face ao período homologado, o total das despesas executadas aumentou 2.932.384 EUR, uma variação positiva de 12,0%.

vi) A principal variação ocorre nas despesas de atividade na rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços correntes (+2.318.707 EUR).

vii) As despesas com o pessoal aumentaram 8,2% face ao período homólogo de 2025, situação que decorre essencialmente do aumento do número de trabalhadores.

viii) O incremento nas outras despesas correntes (+425.270 EUR) decorre de idêntica variação nas Outras receitas correntes.

Prazo médio de pagamentos

6. De acordo com a informação disponibilizada no site da Entidade Orçamental (em conformidade com o Decreto-Lei nº 13-A/2025) reportada ao 1º trimestre de 2026, o IGCP não consta como estando em incumprimento.

Lei dos compromissos e pagamentos em atraso

7. De acordo com a informação disponibilizada no site da Entidade Orçamental, o IGCP não integra, com referência a maio de 2026 (última informação disponível), a lista das entidades da Administração Central que se encontram em incumprimento nos termos dos nºs 5 e 6 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho.

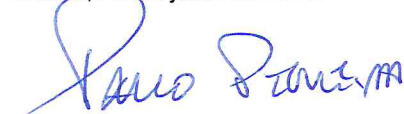
Conclusão

8. No âmbito dos procedimentos por nós desenvolvidos, não foram identificadas situações suscetíveis de alterarem significativamente a informação relatada, considerando-se que a execução orçamental do período de janeiro a junho de 2026 apresentada pelo Conselho de Administração do IGCP reflete os fluxos financeiros ocorridos e contabilizados.

Nota final

9. A finalizar desejamos agradecer as facilidades que nos foram concedidas para a realização do nosso trabalho e manifestar a nossa disponibilidade para a prestação de quaisquer esclarecimentos que a leitura do presente Relatório possa eventualmente suscitar.

Lisboa, 28 de julho de 2026



RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Paulo Fernando da Silva Pereira
ROC nº 931; CMVM 20160548

ANEXO

MAPAS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

janeiro a junho de 2026

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E

MAPA COMPARATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Un: EUR

Execução orçamental								
Descrição	janeiro a junho de 2026			janeiro a junho de 2025			Variação	
	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	Valor	%
<u>RECEITAS</u>								
Atividades								
Rendimentos da propriedade - juros		9 023	9 023		4 017	4 017	5 006	124,6
Transferência Correntes	20 000 000		20 000 000	21 250 000		21 250 000	(1 250 000)	(5,9)
Vendas de bens e serviços correntes		17 000 000	17 000 000		30 904 900	30 904 900	(13 904 900)	(45,0)
Outras receitas correntes		6 241 533	6 241 533		5 989 302	5 989 302	252 231	4,2
Outras Receitas								
Ativos financeiros - CEDICs		50 752 923	50 752 923		38 456 895	38 456 895	12 296 028	32,0
Saldo de gerência anterior		6 097 627	6 097 627		12 296 029	12 296 029	(6 198 402)	(50,4)
Total das receitas com atividades	20 000 000	80 101 106	100 101 106	21 250 000	87 651 143	108 901 143	(8 800 037)	(8,1)
PROJETOS								
Vendas de bens e serviços correntes		500 000	500 000		500 000	500 000		
Saldo de gerência anterior		1 124 781	1 124 781		1 124 781	1 124 781		
Total das receitas com projetos	0	1 624 781	1 624 781	0	1 624 781	1 624 781		
Total das receitas	20 000 000	81 725 887	101 725 887	21 250 000	89 275 924	110 525 924	(8 800 037)	(8,0)
<u>DESPESAS</u>								
Atividades								
Despesas com o pessoal		2 826 689	2 826 689		2 612 124	2 612 124	214 565	8,2
Aquisição de bens e serviços correntes	19 481 356	730 979	20 212 335	17 194 851	698 777	17 893 628	2 318 707	13,0
Outras despesas correntes		4 200 467	4 200 467		3 775 197	3 775 197	425 270	11,3
Aquisição de bens de capital		57 975	57 975		110 992	110 992	(53 017)	(47,8)
Total das despesas com atividades	19 481 356	7 816 110	27 297 466	17 194 851	7 197 090	24 391 941	2 905 525	11,9
PROJETOS								
Aquisição de bens e serviços correntes		29 125	29 125		2 266	2 266	26 859	1 185,3
Aquisição de bens de capital	0	0	0	0	0	0		
Total das despesas com projetos	0	29 125	29 125	0	2 266	2 266	26 859	1 185,3
Total das despesas	19 481 356	7 845 235	27 326 591	17 194 851	7 199 356	24 394 207	2 932 384	12,0

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E

MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - RECEITA

Un: EUR

janeiro a junho de 2026										
Descrição	Orçamento inicial			Orçamento corrigido			Execução			
	Transferên cias Correntes	Receitas Próprias	Total	Transferên cias Correntes	Receitas Próprias	Total	Transferên cias Correntes	Receitas Próprias	Total	%
ATIVIDADES										
Rendimentos da propriedade - juros					9 023	9 023		9 023	9 023	100,0
Transferência Correntes	40 000 000		40 000 000	40 000 000		40 000 000	20 000 000		20 000 000	50,0
Vendas de bens e serviços correntes		21 915 186	21 915 186		21 915 186	21 915 186		17 000 000	17 000 000	77,6
Outras receitas correntes					10 000 000	10 000 000		6 241 533	6 241 533	62,4
Outras Receitas										
Ativos financeiros - CEDICs					50 752 924	50 752 924		50 752 923	50 752 923	100,0
Saldo de gerência anterior	0		0		6 097 627	6 097 627		6 097 627	6 097 627	100,0
Total das receitas com atividades	40 000 000	21 915 186	61 915 186	40 000 000	88 774 760	128 774 760	20 000 000	80 101 106	100 101 106	77,7
PROJETOS										
Vendas de bens e serviços correntes		8 655 814	8 655 814		8 655 814	8 655 814		500 000	500 000	5,8
Saldo de gerência anterior	0		0		1 124 781	1 124 781		1 124 781	1 124 781	100,0
Total das receitas com projetos		8 655 814	8 655 814		9 780 595	9 780 595	0	1 624 781	1 624 781	16,6
Total das receitas	40 000 000	30 571 000	70 571 000	40 000 000	98 555 355	138 555 355	20 000 000	81 725 887	101 725 887	73,4

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E

MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA

Un: EUR

janeiro a junho de 2026											
Descrição	Orçamento inicial			Orçamento corrigido			Cativos	Execução			
	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total		Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	%
ATIVIDADES											
Despesas com o pessoal		6 803 720	6 803 720		6 803 720	6 803 720			2 826 689	2 826 689	41,5
Aquisição de bens e serviços correntes	40 000 000	4 373 647	44 373 647	40 000 000	4 373 647	44 373 647		19 481 356	730 979	20 212 335	45,6
Outras despesas correntes		7 680 647	7 680 647		7 680 647	7 680 647	2 126 440		4 200 467	4 200 467	54,7
Aquisição de bens de capital		838 703	838 703		838 703	838 703			57 975	57 975	6,9
Total das despesas com atividades	40 000 000	19 696 717	59 696 717	40 000 000	19 696 717	59 696 717	2 126 440	19 481 356	7 816 110	27 297 466	45,7
PROJETOS											
Aquisição de bens e serviços correntes	0	337 020	337 020		337 020	337 020			29 125	29 125	8,6
Aquisição de bens de capital	0	8 318 794	8 318 794		8 318 794	8 318 794		0	0	0	0,0
Total das despesas com projetos	0	8 655 814	8 655 814	0	8 655 814	8 655 814	0	0	29 125	29 125	0,3
Total das despesas	40 000 000	28 352 531	68 352 531	40 000 000	28 352 531	68 352 531	2 126 440	19 481 356	7 845 235	27 326 591	40,0